

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO		PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROG		
		ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO – APMGD		
PLANO DE ENSINO				
Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA				
Curso: CFO – PM		Departamento: DDEC		
Disciplina: Direito Administrativo			Código: ASL232N454	
Carga Horária: 90h		Créditos: 4		Pré-requisito: Instituições do Direito público e Privado
Professor(a): Manoel Aureliano Ferreira Neto			Matricula:	Titulação:
Semestre Letivo/Ano: 2º semestre				
Tutor(a) / (EaD): não aplicável.				
1 Ementa				
Conceito de Direito Administrativo. Relações com outros ramos do Direito. Evolução histórica do Direito administrativo. Fontes. Conceito de Administração Pública. Elementos e Poderes do Estado. Natureza da Administração: Princípios Básicos, Poderes e Deveres do Administrador. Contratos Administrativo. Domínio Público. Intervenção na Propriedade. Licitação e Contrato. Concessão e Permissão da Prestação do Serviço Público.				
2 Objetivo Geral				
A experiência do ensino de Direito Administrativo voltado à formação de administradores tem evidenciado à necessidade de se dar maior ênfase a abordagem da organização administrativa e do papel da administração na atividade econômica. Parece ser traço axial do Estado Moderno e flexibilidade organizacional do setor público e o interesse crescente na direção da economia.com efeito, é desde a distribuição de competências e da assunção.				
3 Objetivos Específicos				

1. Estado de compromissos com setores cada vez mais largos da iniciativa privada, que se pode visualizar a administração, com a consequente renovação de seus métodos, no empenho de melhor adequar o ensino a essa nova realidade, o programa que agora apresentamos é antes de tudo, uma proposição de trabalho com nova ordenação de matéria versada. Trata-se, evidentemente, de uma experiência que se desenvolvera à medida que for sendo obtida bibliográfica especializada sobre a matéria e se apurem as implicações interdisciplinares nela existentes. Desse modo ter-se-á um desenvolvimento do Direito administrativo capaz de interessar áreas de formação da escola.
2. Mantivermos a estrutura do programa em cinco unidades, incluído a matéria sobre domínio público e serviços públicos, que constituía unidades estanques, na parte relativa ao Direito administrativo Econômico, numa tentativa de sistematização há muito desejada, em fase da experiência de execução de programas anteriores. O programa foi elaborado tendo em vista a estrutura curricular vigente, que prevê a carga de 90 horas de disciplina.

4 Conteúdo Programático	C/H
Unidade Temática 1 - Noções introdutórias do Direito Administrativo Revisão Nacional do Direito Público A Administração e a Ordem Jurídica. Poderes e Deveres do Administrador. Relação Jurídico – Administrativo Conceito e Principologia do Direito Administrativo	14
Unidade Temática 2 - Direito Organizacional Direito e Organização Organização Administrativa: Centralização e Descentralização A Teoria do Órgão Público Controle e Tutela Administrativa	10
Unidade Temática 3 - Agentes Públicos Conceitos e Classe de Agentes Públicos Servidores Públicos: Direito, Deveres, Regime Disciplinar Processo Administrativo Responsabilidade do Estado	10
Unidade Temática 4 - Da Administrativa dos Atos Dos atos Administrativos Atos Jurídicos e ato Administrativo Elementos do Ato Administrativo Classificação dos Atos Administrativos Controle dos atos Administrativos	

Anulação e Revogação dos Atos Administrativos Execução do Contrato. Prorrogação e Revogação Desfazimento do Contrato Principais tipos de Contrato Do Poder da Polícia: Conceito e Evolução do Poder da Policia Modos de Exercício do Poder da Polícia	14
Unidade Temática 5 - Direito Administrativo Econômico Noções Preliminares O Estado e as Relações Econômicas Sistemas de Direção da Economia Organização Administrativa e Controle da Economia	14
Unidade Temática 6 - Domínio Público Noções de Domínio Público. Classificação dos Bens Públicos Domínio Terrestre. Terras Públicas. Reforma Agraria e Colonização Direito de Minas As Condições de Utilização de Bens Públicos O Patrimônio Histórico Processo de Tratamento	14
Unidade Temática 7 - Serviços Públicos Conceitos de serviços Públicos. Principais Informativos.	14
Modos de Prestação de Serviços Concessão: Condições, Aspecto Contratuais, Controle e Modo de Extinção. Previsão de Bens. Permissão: Características e Âmbito. Autorização: Licença Regime de Concessão e Permissão Intervenção no Domínio Privado e na Economia Formas de Intervenção no Domínio Privado: Ocupação Temporária. Previsão Administrativa. Requisição. Desapropriação das Formas de controle da Economia: Controle da Moeda. Controle de Credito. Controle de Circulação. O Estado Empresário. A Administração Institucional	
Carga Horária Total	90
5 Procedimentos Metodológicos	
Os temas serão desenvolvidos em aulas expositivas e pelo métodos de casos e problemas, com exegese da legislação pertinente e estudo dirigido, dando ensejo ao tratamento pratico da matéria. A verificação do aprendizado será através de prova descritiva ou de teste. A verificação de aprendizagem incluirá desde o processo de questões objetivas até o problema de maior grau de complexidade, as delineado em parecer ou exposição de motivos, de modo a objetivar o administrador aos mistérios comuns de sua função. Além disso, haverá estudos dirigidos com debates em sala de aula, exercícios e pesquisas dos discentes sob a coordenação do facilitador.	
6 Recursos Didáticos	

Quadro branco, pincel, apagador; Data show e outros recursos de mídia	
7	Avaliação
O rendimento da disciplina será apurado através de 4 (quatro) avaliações devendo ser consideradas as 3(três) primeiras notas, conforme estabelece o art.116 das normas gerais do ensino de graduação da Universidade Estadual do Maranhão, aprovados pela resolução nº- Consum, de 19/11/1994.	
8	Atividades Práticas
Parte da disciplina é ministrada em laboratório com munido de: protoboards, componentes, multímetros e fontes.	
9	Referência Básica
1. MELO, Bandeira de; ANTÔNIO, Celso. Curso de Direito Administrativo . 1997, 9°. Edição Malheiros editores. 2. MELO, Bandeira de; ANTÔNIO, Celso. Discricionariiedade e controle jurisdicional . 1992, Malheiros Editores. 3. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito . 1996, 2°. Edição Saraiva. 4. CARVALHOSA, Modesto. Direito Econômico . Ed. Revista dos Tribunais. 5. AMARAL, Cintra do. CARLOS, Antônio. Licitação para Concessão de Serviço Público . 1995, Malheiros Editores.	
10	Referência Complementar
1. CIRNELIMA, Ruy. Princípio de Direito Administrativo . 6°. Edição, Revista dos Tribunais. 2. COELHO, Mota, Pinto, Carlos. Eficácia nas Licitações e Contratos . 1997, 6° Ed. Livraria Del Rey editora. 3. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 1995, 4° Edição, Saraiva.	
Data de emissão: / /	

SÃO LUÍS – MA, APROVADO EM: ____ / ____ / 20__

_____ Docente responsável (NOME) (MATRÍCULA)	 Dra. Vera Lúcia Bezerra Santos Diretora do CFO/PMMA
--	---